

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Edital 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	257028-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM	PEDRO RICARDO DA COSTA	07/05/2026 11:01 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25038.000286/2026-74

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE(UASG)

(257028) - DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA MEDIO PURUS

OBJETO

Aquisição de 1 Lancha tipo Expresso para atender o DSEI Médio Rio Purus

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 496.666,67 (quatrocentos e noventa e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA MÉDIO RIO PURUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

(Processo Administrativo nº 25038.000286/2026-74)

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus, por meio do Serviços de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG, sediado(a) na Rua Dr. João Fábio, nº 1.964, Centro, CEP: 69.830-000 na cidade de Lábrea/AM, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de 1 Lancha tipo Expresso para atender o DSEI Médio Rio Purus**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. No item 01 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ~~ou sociedade cooperativa~~ deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora

de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: selog.dseimrp@saude.gov.br

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **01** dia útil, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **01 (um)** dia útil; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **01 (um)** dia útil para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: selog.dseimrp@saude.gov.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selog.dseimrp@saude.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Dr. João Fábio, Centro, 1.964, Setor de Serviço de Contratação de Recursos Logísticos – SELOG DSEI Médio Rio Purus, sala 13 e /ou 14.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico selog.dseimrp@saude.gov.br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Lábrea - AM, 07 de maio de 2026.

RAMIR RACHID SAID

COORDENADOR DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

RAMIR RACHID SAID

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 11:01:18.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Termo de Referência 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

24/2026

257028-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Editado por

PEDRO RICARDO DA COSTA

Status

ASSINADO

Atualizado em

06/05/2026 18:02 (v 0.8)

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

25038.000286/2026-74

Processo Administrativo

25038.000286/2026-74

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25038.000286/2026-74)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Aquisição de 1 Lancha tipo Expresso para atender o DSEI Médio Rio Purus**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Lancha Fluvial de serviço configurada como LANCHA TIPO C: Lancha Iguaraçu Cabinada Medindo no mínimo 11,00 metros de comprimento, com no mínimo 2,70 metros de largura, borda 0.65, equipada com 02 (dois) motor 200 HP, 4 Tempos a gasolina, instalado com direção hidráulica. Embarcação destinada ao serviço de transporte das Equipes de Saúde nas áreas de abrangência do DSEI Médio Rio Purus.					

Devidamente registrada na capitania dos portos; A embarcação deve possuir: Termo de responsabilidade de alteração, construção e navegabilidade emitidas por engenheiro ou tecnólogo naval devidamente registrado no CREA (ART); - Declaração do engenheiro ou tecnólogo naval responsável pelo projeto, baseado nos padrões da construção naval e especificações técnicas abaixo descritas:

CASCO: Material: liga de alumínio na especificação ASTM 5052H34 ou em aço estrutural na especificação ABNT NBR 5920 _ Espessura mínima: 3 milímetros para chapeamento do forro do casco convés, espelhos e trincanizes e 3 milímetros para as peças de reforços estruturais longitudinais e transversais; _ Comprimento mínimo: 11,00 metros; _ Boca moldada mínima: 2,70 metros;_ Embarcação deverá ter toda a sua estrutura soldada com solda MIG;_ Popa lavada, piso com chapas xadrez antiderrapante com 2,0 mm de espessura;

MOTOR: PROPULSÃO E GOVERNO: 2 (dois) Motores de popa, novo, instalado, combustível gasolina, com potência mínima de 200 HP 4 Tempos, partida elétrica e hélice;_ 1 Direção hidráulica; _ Tanque de

	<p>combustível com capacidade para 600 litros, em alumínio soldado ou chapa de melhor qualidade e durabilidade, tampa com chave e suspiro._ 2 hélices reservas.</p> <p>COMANDO E NAVEGAÇÃO: Painel no posto de comando com volante, relógios, interruptores, indicador de combustível;_ 1 Bússola com agulha magnética 4";_ 1 Radio transceptor VHF-Marítimo de 25W de potência, com antena, instalado;_ 1 GPS instalado; _1 Buzina;_ 1 Rastreador satelital; _ 1 luz de navegação BB /BE;_ 1 Luz de mastro;_ 1 luz de alcançado em mastro na popa ou a ré na cabine de comando; _ 1 Holofote controle remoto ELÉTRICA_ Painel elétrico de 3 posições, luzes e navegação;_ Painel de fusíveis com pelo menos 6 chaves; _ 1 Bomba de porão com automático;_ 2 Bateria 100 Ah chumbo ácido;_ A iluminação do compartimento de atendimento da embarcação deve ser de dois tipos:_ Natural _ mediante iluminação fornecida pelas janelas da casaria, em acrílico antirrefletivo ou vidros temperados._ Artificial _ deverá ser feita por no mínimo seis luminárias. Instalado no teto, com diâmetro mínimo de 200 milímetros, em base estampada em alumínio cor branca em modelo LED.</p>					
1		486705	Unidade	1	R\$ 496.666,67	R\$ 496.666,67

CASARIA: Com revestida isolante térmico; – Com espessura de no mínimo 3 milímetros; - Janelas laterais de correr em acrílico antirrefletivo ou vidro temperado automotivo, com 4 milímetros de espessura;

MOBILIÁRIO: 16 poltronas fixas; 1 banco do piloto; 8 camas de solteiro tipo beliche; banheiro equipado com vaso sanitário, pia, espelho e torneiras; cozinha equipada com pias, torneiras, armário e chuveiro.

ACESSÓRIOS: 01 guarda mancebo de proa soldado;_ 01 mastro com bandeira nacional;_ forro em PVC;_ 8 defensas cilíndricas; 01 Ar Condicionado de 24mil btus para climatização do Ambiente; 01 gerador.

EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM:

DEVERÁ SER CUMPRIDO AS NORMAS PREVISTAS PELA DPC/NORMAN 2:
_ 01 bóias circulares c/ cabo de retinida CL III;
_ 01 (dois) cabides para suporte das bóias;_ 16 coletes salva vidas com fecho ecler;_ 10 m de cabo para atracação;

EQUIPAMENTO DE COMBATE A

INCÊNDIO: 01 extintores de 2,2 kg de CO²;_ 01 cabides para extintores na cor vermelha;

	<p>PINTURA: Pintura padrão SESAI, com as cores da instituição, com tinta de nitrocelulose; _ primer: 02 (duas) demãos acima da linha d'água e três demãos abaixo da linha d'água.</p> <p>GARANTIA: O estaleiro deverá manter a embarcação em garantia pelo tempo de um ano, compreendendo sua segurança construtiva, estabilidade, flutuabilidade, navegação, "obras vivas" e "obras mortas" bem como por todos os prejuízos que ocorram neste período em consequência do uso do material de construção inadequado, cálculos errôneos e obras executadas precariamente.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: As emissões de gases e poluentes do equipamento deverão estar enquadradas nos padrões mínimos exigidos pela atual legislação de proteção ambiental. O item deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores.</p>				
--	---	--	--	--	--

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. A empresa contratada, no ato do fornecimento dos equipamentos deverá obedecer em completude ao detalhamento dos itens especificados no Termo de Referência e na proposta aceita no certame licitatório, caso contrário, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.2. Os materiais deverão ser entregues na **Tv. Cemitério, 0, Lábrea - AM, Cep. 69830-000 - Porto da Comara do Município de Lábrea/Amazonas. Havendo divergência na descrição do item entre a NOTA DEEMPENHO e o TERMO DE REFERÊNCIA, prevalecerá sempre a descrição do TERMO DE REFERÊNCIA.**

4.1.3. A Contratada deverá atender de maneira fiel ao prazo e local de entrega estabelecido neste instrumento, tendo em vista a urgência do objeto, os quais deverão ser entregues na totalidade empenhada, de modo a não ocasionar atrasos na entrega dos equipamentos as aldeias contempladas no quadro de distribuição citado no tópico 1.

4.1.4. A avaliação da qualidade do produto e o aceite dos materiais passarão pela verificação, por parte da fiscalização do contrato, do cumprimento das obrigações por parte da contratada.

4.1.5. Os equipamentos deverão conter manual em idioma português ou inglês (em formato eletrônico PDF ou impresso).

4.1.6. Os equipamentos deverão estar aderentes à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2. Da Sustentabilidade:

4.2.1. Além dos requisitos de sustentabilidade que serão intrínsecos à descrição técnica das ambulanchas, a contratada deverá adotar as seguintes práticas, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a legislação pertinente:

4.2.2. Conformidade Legal: Os equipamentos deverão estar em plena aderência à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e seus regulamentos.

4.2.3. Padrões de Consumo Sustentável: Os materiais e processos envolvidos na fabricação, utilização e descarte das embarcações e seus componentes deverão ser compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010), respeitando as imposições normativas dos órgãos de proteção ao meio ambiente.

4.2.4. Critérios da IN SLTI/MPOG nº 1/2010 (Art. 5º - para Bens):

- Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando aplicável;
- Devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, quando disponíveis para este tipo de bem;
- A embalagem individual deverá ser adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir máxima proteção no transporte e armazenamento;
- Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.5. Critérios da IN SLTI/MPOG nº 1/2010 (Art. 6º - para Serviços, se aplicável à instalação/manutenção):

4.2.5.1. Se houver serviços de instalação ou treinamento inclusos, a contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações da ANVISA, adotar medidas para evitar desperdício de água, observar normas de ruído (CONAMA nº 20/1994) e fornecer equipamentos de segurança aos empregados.

4.2.5.2. Diretrizes de Sustentabilidade: Será dada preferência a produtos de baixo impacto ambiental, duráveis, reparáveis e aperfeiçoáveis. A contratação observará a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento adequado de resíduos sólidos.

4.2.5.3. Critérios para Aquisição Sustentável: A opção por produtos mais sustentáveis será feita de forma gradativa, observando-se preços e oferta de mercado, com razoabilidade e proporcionalidade. Serão consultados itens classificados como mais sustentáveis no CATMAT do Sistema de Compras do Governo Federal (www.comprasnet.gov.br).

4.2.5.4. Preferência Nacional e Normas Técnicas: Sempre que possível, será estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras (Lei nº 12.349/2010). O atendimento às normas técnicas da ABNT (Lei nº 4.150/62) e outras similares é obrigatório para garantir qualidade, utilidade, resistência e segurança.

4.2.6. Nas aquisições públicas quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 5º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

4.2.7. Quando couber, a empresa Contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme as normas da ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A avaliação da qualidade do produto e o aceite dos materiais passarão pela verificação, por parte da fiscalização do contrato, do cumprimento das obrigações por parte da contratada.

4.2.8. Diretrizes: Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

4.2.9. Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

4.2.10. Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados; Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

4.2.11. Nas aquisições e locações de imóveis, deve ser dada preferência a imóveis que atendam aos requisitos de acessibilidade previstos na NBR 9050 da ABNT, de forma a assegurar o direito de ir e vir das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

4.2.12. Critérios: A opção por produtos mais sustentáveis deve ser feita de forma gradativa, com a definição de metas crescentes de aquisição, observando-se os preços e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade

4.2.13. Devem ser realizadas consultas ao Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema de Compras do Governo Federal quanto aos itens classificados como mais sustentáveis, disponível no Portal www.comprasnet.gov.br; Sempre que possível e no que couber, deve ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, em observância a Lei nº 12.349 /2010;

4.2.14 Deve ser observado, quando das contratações de bens, serviços e obras, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

4.2.15 Comprovação quanto aos critérios exigidos: Em geral, a comprovação pode ser feita mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, por informações disponíveis no site do fabricante e em sites dos órgãos competentes, por apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, ou por instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;

4.2.16 Para produtos fabricados com madeira, deve-se exigir o certificado de procedência da madeira - DOF (emitido pelo IBAMA), comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento;

4.2.17. Para comprovação dos componentes da fórmula química dos produtos, observar a rotulagem, que é obrigatória e testada pela ANVISA.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias úteis**, contados **a partir da emissão da Nota de Empenho**, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Tv. Cemitério, 0, Lábrea - AM, Cep. 69830-000 - Porto da Comara do Município de Lábrea/Amazonas. Havendo divergência na descrição do item entre a NOTA DE EMPENHO e o TERMO DE REFERÊNCIA, prevalecerá sempre a descrição do TERMO DE REFERÊNCIA.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **06 (seis) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá coprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A14]

Qualificação Técnica

9.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Deve estar no papel timbrado de quem está emitindo (empresa privada ou órgão público), sempre que possuir;

9.31.1.2. Ser especificado os dados completos da empresa privada ou do órgão público emitente (razão social, CNPJ, endereço);

9.31.1.3. Conter a assinatura e dados do responsável (com carimbo se possível) que responda pela empresa ou órgão emite;

9.31.1.4. Constar dos dados da empresa atestada (razão social, CNPJ, endereço);

9.31.1.5. Informações sobre os produtos que a empresa forneceu ou os serviços que executou;

9.31.1.6. As quantidades, unidades de fornecimento, valores unitários e totais, período de vigência do contratual, se houver;

9.31.1.7. Declaração de que a empresa/órgão tomadora ficou satisfeita com a entrega dos produtos ou execução do serviço.

9.31.1.8. Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos no fornecimento dos bens a serem adquiridos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo a obrigatoriedade de o 01 (um) ano ser ininterrupto, consoante o disposto no item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 496.666,67 (quatrocentos e noventa e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: **00001/257028**;
- II) Fonte de recursos: **1001000000**;
- III) Programa de trabalho: **264340**;
- IV) Elemento de despesa: **449052**; e

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Lábrea/AM, 06 de maio de 2026.

PEDRO RICADO DA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento

JOAO BATISTA SILVA DE SA

Membro da Equipe de Planejamento

13. ANEXO I

13.1. Não se aplica à presente contratação.

14. ANEXO II

14.1. Não se aplica à presente contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO RICARDO DA COSTA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 17:59:05.

JOAO BATISTA SILVA DE SA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 18:02:43.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Estudo Técnico Preliminar 19/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25038.000286/2026-74

2. Descrição da necessidade

2.1. O Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus – DSEI/MRP é responsável pela execução de atividades administrativas, logísticas e assistenciais necessárias para garantir a atenção básica à saúde dos povos indígenas de sua área de abrangência. A área de atuação compreende os municípios de Lábrea/AM, Canutama/AM e Tapauá/AM, com comunidades distribuídas em regiões de difícil acesso, onde o transporte fluvial é o principal meio de deslocamento.

2.2. Devido à grande dispersão geográfica das aldeias e à necessidade constante de deslocamento das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), a aquisição de uma Lancha (Tipo Expresso) torna-se indispensável para garantir maior rapidez, eficiência e segurança no transporte das equipes e de pacientes. A ausência de embarcação adequada compromete o atendimento oportuno, dificulta o acesso aos serviços de saúde e pode colocar em risco a vida de pacientes que necessitam de remoção em situações de urgência e emergência.

2.3. Além disso, este Distrito é o único responsável pela assistência de saúde nas aldeias, realizando atendimentos diretamente nas comunidades. Para que o direito à saúde seja efetivamente garantido, não basta apenas sua previsão legal, sendo necessário assegurar meios logísticos que permitam a execução das ações de saúde de forma contínua, eficiente e segura.

2.4. A aquisição de uma lancha tipo expresso permitirá otimizar o deslocamento das equipes, reduzir o tempo de viagem, ampliar a cobertura assistencial, garantir maior segurança no transporte das equipes responsável pelo cuidado da saúde dos profissionais, além de atender às normas de segurança da Capitania dos Portos. O novo transporte proporcionará melhores condições de acomodação, agilidade nas remoções e maior eficiência nas ações de saúde nas aldeias.

2.5. A falta desse tipo de embarcação tem causado dificuldades na execução das atividades de saúde, principalmente em situações emergenciais e em ações programadas nas comunidades mais distantes, assim como a falta de transporte para o melhor atendimento das equipes nas áreas distintas. Com a aquisição, a Administração busca melhorar a qualidade, a rapidez e a segurança na prestação dos serviços de saúde indígena.

2.6. Ressalta-se que a atenção à saúde da população indígena exige um modelo diferenciado de assistência, voltado à promoção, prevenção e recuperação da saúde, conforme estabelece a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASPI. Dessa forma, a aquisição da lancha tipo expresso é fundamental para fortalecer a assistência nas aldeias, garantir maior eficiência nas ações de saúde e proporcionar mais segurança no transporte fluvial de pacientes e profissionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos	Ana Cristina Sousa da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**4.1. Os requisitos da Contratação abrangem o seguinte:**

4.1.1. A empresa contratada deverá obedecer integralmente ao detalhamento dos itens e especificações técnicas contidas no Termo de Referência. O não cumprimento dessas especificações resultará na rejeição, total ou parcial, do objeto, que deverá ser substituído em até 15 (quinze) dias corridos, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.1.2. Local e Horário de Entrega: Os bens deverão ser entregues na Tv. Cemitério, 0, Lábrea - AM, Cep. 69830-000 - Porto da Comara do Município de Lábrea/Amazonas, no período de 08:00h às 11:00h e das 14: 00h às 17:00h.4.1.3. Prazo de Entrega: A contratada deverá cumprir fielmente o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência, de acordo com as quantidades empenhadas, para evitar desabastecimento ou interrupção dos serviços do DSEI.

4.1.3. A avaliação da qualidade do produto e o aceite equipamento passará pela verificação, por parte da fiscalização do contrato, do cumprimento das obrigações por parte da contratada.

4.1.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.5. Os equipamentos deverão conter manual em idioma português ou inglês (em formato eletrônico PDF ou impresso); O material deverá estar aderentes à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.6. Aferição e Aceite: A avaliação da qualidade e o aceite dos equipamentos serão realizados pela fiscalização do contrato, que verificará o cumprimento integral de todas as obrigações e especificações por parte da contratada.

4.2. Da Sustentabilidade:

4.2.1. Além dos requisitos de sustentabilidade que serão intrínsecos à descrição técnica das ambulancias, a contratada deverá adotar as seguintes práticas, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a legislação pertinente:

4.2.2. Conformidade Legal: Os equipamentos deverão estar em plena aderência à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e seus regulamentos.

4.2.3. Padrões de Consumo Sustentável: Os materiais e processos envolvidos na fabricação, utilização e descarte das embarcações e seus componentes deverão ser compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Art. 7º, XI, da Lei nº 12.305 /2010), respeitando as imposições normativas dos órgãos de proteção ao meio ambiente.

4.2.4. Critérios da IN SLTI/MPOG nº 1/2010 (Art. 5º - para Bens):

- Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando aplicável;
- Devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, quando disponíveis para este tipo de bem;
- A embalagem individual deverá ser adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir máxima proteção no transporte e armazenamento;
- Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.5. Critérios da IN SLTI/MPOG nº 1/2010 (Art. 6º - para Serviços, se aplicável à instalação/manutenção):

4.2.5.1. Se houver serviços de instalação ou treinamento inclusos, a contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações da ANVISA, adotar medidas para evitar desperdício de água, observar normas de ruído (CONAMA nº 20/1994) e fornecer equipamentos de segurança aos empregados.

4.2.5.2. Diretrizes de Sustentabilidade: Será dada preferência a produtos de baixo impacto ambiental, duráveis, reparáveis e aperfeiçoáveis. A contratação observará a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento adequado de resíduos sólidos.

4.2.5.3. Critérios para Aquisição Sustentável: A opção por produtos mais sustentáveis será feita de forma gradativa, observando-se preços e oferta de mercado, com razoabilidade e proporcionalidade. Serão consultados itens classificados como mais sustentáveis no CATMAT do Sistema de Compras do Governo Federal (www.comprasnet.gov.br).

4.2.5.4. Preferência Nacional e Normas Técnicas: Sempre que possível, será estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras (Lei nº 12.349/2010). O atendimento às normas técnicas da ABNT (Lei nº 4.150/62) e outras similares é obrigatório para garantir qualidade, utilidade, resistência e segurança.

4.2.6. Nas aquisições públicas quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 5º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

4.2.7. Quando couber, a empresa Contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme as normas da ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A avaliação da qualidade do produto e o aceite dos materiais passarão pela verificação, por parte da fiscalização do contrato, do cumprimento das obrigações por parte da contratada.

4.2.8. Diretrizes: Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

4.2.9. Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

4.2.10. Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados; Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

4.2.11. Nas aquisições e locações de imóveis, deve ser dada preferência a imóveis que atendam aos requisitos de acessibilidade previstos na NBR 9050 da ABNT, de forma a assegurar o direito de ir e vir das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

4.2.12. Critérios: A opção por produtos mais sustentáveis deve ser feita de forma gradativa, com a definição de metas crescentes de aquisição, observando-se os preços e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade

4.2.13. Devem ser realizadas consultas ao Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema de Compras do Governo Federal quanto aos itens classificados como mais sustentáveis, disponível no Portal www.comprasnet.gov.br; Sempre que possível e no que couber, deve ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, em observância a Lei nº 12.349/2010;

4.2.14 Deve ser observado, quando das contratações de bens, serviços e obras, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

4.2.15 Comprovação quanto aos critérios exigidos: Em geral, a comprovação pode ser feita mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, por informações disponíveis no site do fabricante e em sites dos órgãos competentes, por apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, ou por instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;

4.2.16 Para produtos fabricados com madeira, deve-se exigir o certificado de procedência da madeira - DOF (emitido pelo IBAMA), comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento;

4.2.17. Para comprovação dos componentes da fórmula química dos produtos, observar a rotulagem, que é obrigatória e testada pela ANVISA.

4.3. Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1. Para aquisição pretendida não será exigido o item citado.

4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Não será necessária a exigência de amostra.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Para a aquisição pretendida não há necessidade de garantia da contratação.

4.7. Reservas de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.7.1. Considerando que a aquisição compreende apenas um único item, resta impossibilidade da divisão de cota de até vinte e cinco por cento destinada às ME/EPP. Dessa forma, informa-se que, na presente contratação, não haverá reserva de cota.

4.8. Margem de preferência

4.8.1. Não se aplica para a aquisição pretendida.

4.3. Comprovação e Garantia

4.3.2. O prazo de garantia contratual dos bens (Lancha do tipo Expresso), complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **06 (seis) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior. A garantia será contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto e deverá cobrir possíveis defeitos técnicos verificados mediante usabilidade, principalmente em relação a ligações e conexões hidráulicas, assentos, motor, macas e demais itens de composição da lancha, bem como demais características técnicas de funcionalidade.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em pesquisa, foi realizado o levantamento de mercado afim de verificar quais são as soluções e inovações existentes que poderiam atender aos requisitos estabelecidos nesse estudo, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da aquisição, levando-se conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização, sustentabilidade e inovação.

5.2. As técnicas utilizadas para a pesquisa do levantamento de mercado foram a Pesquisa de Preços (Compras.gov.br), Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Gestão de Atas (Compras.gov.br) e pesquisa via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos Contratos Similares firmados com demais órgãos públicos, sites especializados e Pesquisa Direta com Fornecedores, contudo só atenderam as descrições dos itens que se pretendem adquirir os resultados obtidos através da Pesquisa Direta com Fornecedores, considerando que a presente aquisição trata-se de um equipamento de fabricação, cujo a especificação deverá atender conforme a descrição do Termo de Referência. Para a pesquisa supra foi considerada as necessidades do órgão, bem como se daria a utilização dos bens a serem adquiridos após o fornecimento dos mesmos.

5.3. A pesquisa de mercado revelou a existência de diversos tipos de embarcações, com destaque para aquelas projetadas especificamente para fins de saúde e resgate. Embora o mercado ofereça lanchas para fins recreativos (passeio, pernoite, pesca, esportes aquáticos) e de grande porte (iates), o foco do levantamento recaiu sobre o segmento de Lanchas tipo Expresso, tendo em vista que a mesma apresenta especificações que atenderá o objetivo que é o transporte das EMSI's (Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena), permitindo atendimento mais rápido e eficiente, mas também garantirá maior segurança tanto para os pacientes quanto para os profissionais envolvidos.

5.4. As Lanchas são embarcações especializadas, projetadas para uso por instituições de saúde, órgãos de defesa civil e corpos de bombeiros, sendo ideais para o transporte fluvial. Sua característica principal é a capacidade de adentrar rios e igarapés amazônicos com agilidade, oferecendo uma infraestrutura mínima essencial para o atendimento ao paciente durante o trajeto. Tais embarcações tipicamente incluem:

- Leito para transporte de pacientes.
- Sistema de oxigênio.
- Equipamentos médicos básicos.
- Materiais de primeiros socorros.

5.5. Esses recursos são cruciais para proporcionar segurança e suporte adequado aos pacientes e profissionais de saúde durante os deslocamentos fluviais.

5.6. Em estudo, foi possível observar que existe variados tipos de fabricação de lanchas desde lanchas para passeios até lancha para prestação de socorro que objetivo da Administração, assim para conhecimento e melhor detalhamento foi realizado a descrição de cada tipo na tabela abaixo:

Tipo	Descrição
Lanchas de passeio (pequeno porte)	As lanchas de passeio são geralmente menores, com comprimento entre 16 e 24 pés, ou até 5 metros . Elas são projetadas para passeios recreativos e podem ser utilizadas em rios, lagos e até mesmo no mar em condições favoráveis. As embarcações de pequeno porte também são excelentes para prática de esportes aquáticos (wakeboard, esqui, wakesurf, slalom, etc.), e até mesmo para pesca, porém mantendo o conforto de uma lancha de passeio.
Lanchas de passeio e pernoite	As lanchas de passeio com pernoite são embarcações projetadas para lazer e que podem ser usadas para dormir a bordo. São equipadas com recursos que favorecem o conforto e o entretenimento. A maioria das embarcações deste porte possuem 2 (ou mais) motores (também chamado de “parelha” de motores), para os que buscam fazer passeios longos e correm o risco de ter algum problema com um dos motores em alto-mar.
Lanchas	São embarcações com 39 a 78 pés (11 a 24 metros) de comprimento, conhecidas por oferecerem luxo, espaço e desempenho. Geralmente apresentam acomodações espaçosas, áreas de convés generosas e uma variedade de

customizadas de grande porte / lates	recursos e comodidades de alto padrão. São embarcações que, na prática, não apresentam tantos diferenciais a mais que as embarcações de médio porte em termos práticos.
Lanchas de pesca	Embarcações projetadas para a pesca, podendo ser usadas em águas oceânicas e fluviais.
Lanchas para esportes aquáticos	Embarcações velozes e ágeis, projetadas para proporcionar adrenalina e diversão na água. São ideais para a prática de esportes como esqui aquático, wakeboard e jet ski.
Lancha de atendimento de emergência do tipo Expresso (Lanchas Ambulância ou lancha a jato)	A lancha de atendimentos de socorro é ideal para ser utilizada por instituições de saúde, corpos de bombeiros, defesa civil e empresas privadas, trata-se também de embarcações rápidas projetadas para serviço de saúde e socorro em áreas fluviais de abrangência. Transporte fluvial do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e emergência adequado para adentrar os rios e igarapés amazônicos de forma ágil. A embarcação possui um leito, sistema de oxigênio, equipamentos médicos e materiais de primeiros socorros para proporcionar segurança e suporte aos pacientes transportados

5.7. A variedade de fabricantes e modelos no segmento de embarcações de serviço e a possibilidade de customização para atender às exigências específicas do DSEI MRP (incluindo estilo de navegação, finalidade de uso e as particularidades geográficas da região) indicam um ambiente de mercado competitivo. Consequentemente, prevê-se uma ampla concorrência no processo licitatório, o que é favorável à Administração Pública na busca pela proposta mais vantajosa e economicamente viável.

5.8. É fundamental ressaltar que o modal fluvial é o principal meio de transporte na região de atuação do DSEI Médio Rio Purus, dada a sua logística e custo-benefício em comparação com o modal aéreo, que tende a ser financeiramente mais elevado. Muitos trechos de demanda do Distrito são acessíveis apenas por vias fluviais, e mesmo onde há alternativa terrestre, o transporte fluvial frequentemente se mostra mais eficiente e economicamente viável para longas distâncias e acesso direto às comunidades ribeirinhas. A aquisição de ambulanchas, portanto, não apenas complementa, mas se alinha perfeitamente com a infraestrutura e as necessidades logísticas preponderantes da região.

5.9. Solução de Execução:

I - Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios do MS: Não é viável.

II - Contratação de Empresa Especializada: Não se aplica para esta aquisição.

Audiência Pública: Não se aplica para esta aquisição

5.10. Forma de Seleção do Fornecedor:

5.9.1. Adesão a Atas de Registros de Preços (ARP): Essa alternativa otimiza o processo, permitindo a aquisição de produtos ou serviços previamente registrados, economizando tempo e recursos. No entanto **NÃO** foram encontrados Atas de Registro de Preços em aberto para objeto de pretensão.

5.9.2. Contratação Direta: Inexigibilidade de Licitação: Para a aquisição que pretende efetivar a forma de seleção se aplica, haja vista que, o mercado dispõe de um leque de empresas que trabalham com o **NÃO** fornecimento dos produtos que se pretende adquirir.

5.9.3. Dispensa de Licitação: O valor da aquisição que se pretende efetivar, **NÃO** se enquadra no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, a saber: "II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras", alterada pelo Decreto nº 12.807, de 29 de Dezembro de 2025, para o valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

5.9.4. Licitação: A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/21) define diversas modalidades de licitação, no presente caso a modalidade que corresponde ao objeto seria Pregão no modo Eletrônico, tipo **TRADICIONAL**, Menor Preço Por Item.

5.10. Forma de Contratação:

5.10.1. Sistema de Registro de Preços (SRP): O SRP é indicado quando há previsão de contratações recorrentes do mesmo item. Essa modalidade permite a aquisição escalonada, conforme a demanda, contribuindo para a redução de estoques e custos o que é o caso da pretendida aquisição, deste modo **NÃO** sendo descartado.

5.10.2. Contrato de Fornecimento Contínuo: Adequado para demandas constantes e previsíveis, neste contexto **NÃO** há razão para aplicabilidade do mesmo na aquisição pretendida.

5.10.2.1. Mão de Obra Dedicada: Não se aplica para aquisição pretendida.

5.10.2.2. Sem Mão de Obra Dedicada: A presente aquisição não se enquadra como serviço continuado.

5.10.3. Contrata de Serviço Continuado: Essa modalidade permite a contratação por demanda.

5.10.4. Contratação de Serviços Não Continuados: Essa modalidade permite a contratação por demanda específica, evitando compromissos de longo prazo, deste modo **NÃO** se aplica a aquisição em comento.

5.11. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial em Atender a Necessidade.

5.11.1. Para a escolha da solução será levado em consideração alguns critérios para melhor compreensão e eficiência escolhida Critérios técnicos: Para suprir as reais necessidades, são necessários alguns critérios técnicos de suma importância para que os objetivos da aquisição sejam alcançados, em especial na complementação do CATMAT do item.

5.11.2. O pode ser vantajosa para a Administração Pública, pois permite uma Pregão Eletrônico Tradicional maior transparência, competitividade, agilidade, eficiência e economia:

- **Transparência:** O processo é transparente e acessível a todos os interessados, o que garante que as compras públicas sejam realizadas de forma justa e eficiente.
- **Competitividade:** A possibilidade de disputar lances em tempo real promove a competitividade, incentivando as empresas a oferecer preços mais baixos.
- **Agilidade:** A negociação eletrônica é mais rápida do que as licitações tradicionais, permitindo que as aquisições sejam realizadas com maior agilidade.
- **Eficiência:** O processo é mais rápido e eficiente do que as licitações tradicionais, reduzindo o tempo e os custos associados à aquisição de bens e serviços.
- **Economia:** A agilidade e a eficiência do processo contribuem para a redução de custos, tanto para a administração pública como para as empresas participantes.

5.11.3. Em relação as adequações operacionais, toda parte técnica e de logística de entrega deverá ser efetiva pelo fornecedor apto do certame, não tendo necessidade do DSEI MRP, se adequar neste sentido.

5.11.4. Com base na análise de mercado, conclui-se através do levantamento de mercado que escolha mais vantajosa a Administração a qual agrega eficiência, custo benefício, e se adequa a realidade logística, bem como em análise ao custo benefício em referencia a outras opções é o Pregão Eletrônico (Tradisional), cujo objeto será a "**Aquisição de 1 (uma) Lancha tipo Expresso para atender as demandas do DSEI Médio Rio Purus**", sendo que este cenário a Administração terá maior economicidade e eficiência.

5.12. Adequação entre a Modalidade de Contratação, Licitação, Critério de Julgamento e Modo de Disputa

5.12.1. Através das análises realizadas no presente estudo e a necessidade de adquirir esse equipamento (Lancha tipo Expresso) para a melhor condução das Equipes de Saúde, promovendo a segurança e melhor atendimento para os pacientes. Concluiu-se que, em relação à modalidade de contratação, visando garantir a consistência, transparência e agilidade, bem como eficácia ao objeto em comento, a Equipe de Planejamento optou pela escolha da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL (Aquisição de Parcela Única)**, o critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM** com modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em conformidade com a Lei 14.133 /2021.

5.13. Adequação ao Catálogo de Padronização

5.13.1. Em consideração a orientação a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a qual traz a previsão da institucionalização do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual foi instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, foi consultado através Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP o Catálogo Eletrônico de Padronização disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

5.13.2. Entretanto os itens do objeto **não se encontra** dentre os itens padronizados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, bem como esta Administração não possui autonomia para incluir dos itens a serem licitados no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.

5.14 Adequação ao princípio de padronização:

5.14.1 Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, que trata do princípio da padronização, esclarece-se que o objeto trata-se de serviço comum, conforme previsto no art. 6º, inciso XXI, da referida lei, uma vez que pode ser objetivamente definido em edital por meio de especificações usuais no mercado. Ademais, a natureza desse serviço demanda uniformidade técnica, garantindo estabilidade, qualidade e segurança na conectividade da rede institucional.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a "**Aquisição de 1 (uma) Lancha tipo Expresso para atender as demandas do DSEI Médio Rio Purus**".

6.2. Escolha da Solução: A solução de contratação apresentada neste estudo pretende evitar compras tempestivas e o desperdício de recursos humanos e financeiros. Os quantitativos dos produtos são correspondentes às necessidades de fornecimento para DSEI/MRP.

6.3. Escolha da Modalidade: decide-se pela modalidade, com objetivo na busca da proposta mais vantajosa para esta Administração, **PREGÃO TRADICIONAL (aquisição de parcela única)**, na forma **ELETRÔNICA**, disputa com o critério de julgamento adotado será o **ABERTO E FECHADO, MENOR PREÇO POR ITEM**, com modo de em conformidade com a Lei 14.133/2021. Vale enfatizar que o objeto citado é considerado comum, tornando a escolha mais apropriada a pretendida aquisição.

6.4. Seleção de Fornecedor: Será executado em regime de empreitada do tipo menor preço por ITEM, visando possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

6.5. Descrição da Necessidade: Com base no levantamento de mercado e nas particularidades do DSEI Médio Rio Purus, a solução proposta para atender à demanda de transporte de saúde fluvial consiste na aquisição de 01 (uma) Lancha Tipo Expresso. Essa escolha representa a alternativa mais adequada e viável para garantir a efetividade da assistência à saúde indígena na região, dada a sua complexa realidade logística.

6.6. A Lancha Tipo Expresso se destaca como a solução ideal pelos seguintes motivos:

6.6.1 Adequação à Realidade Logística e Geográfica: A região de abrangência do DSEI MRP é caracterizada por sua vasta malha hidrográfica, tornando o modal fluvial o principal e, em muitos casos, o único meio de acesso às comunidades indígenas e ações das Equipes de Saúde. A embarcação é especificamente projetada para navegar nessas condições, proporcionando transporte seguro e eficiente em rios e igarapés, diferentemente de outros modais ou embarcações não especializadas.

6.6.2. Eficiência Operacional e Suporte ao Paciente: Esta embarcação é intrinsecamente configurada para o transporte de equipes Multidisciplinares, equipada com o leito, sistema de oxigênio e equipamentos médicos básicos necessários para proporcionar suporte vital e conforto ao paciente durante o deslocamento. Essa capacidade especializada assegura não apenas a rapidez na resposta das ações, mas também a manutenção da qualidade do cuidado durante o trajeto até unidades de saúde de maior complexidade.

6.6.3. Racionalidade Econômica e Sustentabilidade: Em comparação com alternativas de transporte em áreas isoladas, como o modal aéreo, a operação da Lancha tipo Expresso apresenta um custo-benefício significativamente mais favorável. A eficiência operacional e os custos de manutenção e combustível inerentes ao transporte fluvial tornam essa solução economicamente mais sustentável a longo prazo, otimizando a aplicação dos recursos públicos sem comprometer a qualidade ou a prontidão do serviço.

6.6.4. Garantia de Segurança e Conformidade: A Lancha do Tipo Expresso, por serem embarcações dedicadas à finalidade de socorro e atendimentos mais confortáveis e promovendo assistência eficiente voltados para os pacientes, são projetadas para atender às rigorosas normas de segurança náuticas e sanitárias. Isso garante maior segurança tanto para os pacientes quanto para as equipes de saúde, além de assegurar a conformidade com as exigências da Marinha do Brasil (Capitania dos Portos).

6.7. Qualificação Técnica ou Econômica: A exigência de qualificação técnica para o fornecimento de uma Lancha do Tipo Expresso, fundamenta-se na necessidade de garantir que o equipamento atenda plenamente aos requisitos de resistência, durabilidade e segurança compatíveis com as condições operacionais da região, especialmente considerando o transporte contínuo das Equipes de Saúde. Dessa forma, o fornecedor deverá comprovar experiência prévia no fornecimento de embarcações similares, bem como apresentar especificações técnicas detalhadas, incluindo tipo de liga metálica, capacidade de carga, estabilidade, motorização compatível e conformidade com normas aplicáveis. Sob o aspecto econômico, a aquisição com **entrega imediata** se justifica pela urgência operacional, evitando prejuízos decorrentes de atrasos logísticos, interrupções no fluxo de suprimentos e possível elevação de custos indiretos. A indisponibilidade do equipamento pode comprometer diretamente a execução eficiente das atividades, resultando em perdas financeiras superiores ao eventual ganho obtido em uma contratação mais demorada. Adicionalmente, a análise econômica deve considerar o custo total de propriedade, incluindo manutenção, vida útil do equipamento, consumo de combustível e facilidade de reposição de peças, assegurando que ofereça a melhor relação custo-benefício ao longo do tempo. Neste sentido, a combinação entre comprovação técnica adequada e viabilidade econômica, aliada à necessidade de pronta entrega, constitui fator determinante para garantir a continuidade, eficiência e segurança nas operações de transporte de materiais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade de 01 (uma) Lancha Tipo Expresso para contratação, baseia-se em uma análise criteriosa das necessidades operacionais do DSEI Médio Rio Purus, da vasta dispersão geográfica das comunidades indígenas atendidas. O objetivo primordial é assegurar o transporte eficiente e seguro das equipes para melhor atendimento para os pacientes, com foco principal nas Casas de Saúde Indígena (CASAI) de Lábrea e Tapauá, que servem como pontos de referência para atendimento primário durante o percurso até o perímetro urbano.

7.2. A logística na região é um desafio contínuo, com a maioria das aldeias localizadas em áreas de altos rios e afluentes, onde o acesso rodoviário é inexistente. O tempo de deslocamento fluvial para acessar unidades de atenção secundária pode variar de um a seis dias ou mais em alguns casos, colocando em risco a vida dos pacientes que necessitam de atendimento especializado. A capacidade de proporcionar suporte de saúde durante o transporte é, portanto, vital.

Neste sentido, com objetivo de aprimorar a justificativa constante nos autos, conferindo maior clareza os elementos que evidenciam a importância da medida adotada, especialmente no que se refere às condições de difícil acesso às comunidades, contribuindo para uma análise mais precisa e segura da atual contratação, foi inserido aos autos o relatório com os registro fotográfico das rotas de acesso às aldeias (SEI nº 0054421474), assegurando a compatibilidade do quantitativo com a necessidade operacional identificada.

7.3. Para ilustrar a abrangência e a complexidade das Equipes de Saúde nos atendimentos voltados às aldeias, justifica-se a quantidade proposta, a tabela a seguir detalha as comunidades e as distâncias envolvidas, esses trajetos encontram-se inserido dentro do processo para melhor análise relativo os trajetos dos Polos/Aldeias, conforme o Anexo - levantamento de frotas dos equipamentos (0054421456):

POLO BASE /ALDEIA	MUNICÍPIO	QUANT. ALDEIAS	POPULAÇÃO CADASTRADA	ACESSO	TEMPO ESTIMADO DE DESLOCAMENTO
ABAQUADI	Canutama /AM	17	1032	Fluvial	03 dias (motor de centro 160 HP)
PAJÉ SAWÊ	Canutama /AM	06	305	Fluvial	01 dia (motor de centro 160 HP)
SURUWAHÁ	Tapauá /AM	01	166	Fluvial	04 dias (motor de centro 160 HP)
MARRECÃO	Tapauá /AM	06	595	Fluvial	06 dias (motor de centro 160 HP)
SÃO PEDRO	Lábrea /AM	06	242	Fluvial	02 dias (motor de centro 160 HP)
SÃO FRANCISCO	Lábrea /AM	06	446	Fluvial	02 dias (motor de centro 160 HP)
CASA NOVA	Lábrea /AM	07	382	Fluvial	01 dia (motor de centro 160 HP)
TUMIÃ (KANACURÍ)	Lábrea /AM	09	464	Fluvial	03 dias (motor de centro 160 HP)
CRISPIM	Lábrea /AM	13	1223	Fluvial	02 dias (motor de centro 160 HP)
IMINÃA	Lábrea /AM	18	1013	Fluvial	02 dias (motor de centro 160 HP)
TAWAMIRIM	Tapauá /AM	22	1301	Fluvial	03 dias (motor de centro 160 HP)

7.4. Considerando as longas distâncias e os tempos de deslocamento prolongados para as diversas comunidades, a aquisição de uma Lancha Tipo Expresso é justificada para permitir a operação simultânea em diferentes eixos ou a substituição em caso de manutenção de uma das embarcações. Essa duplicidade garante a continuidade e a abrangência do atendimento, minimizando os impactos de uma única embarcação em reparo e otimizando a resposta a múltiplas demandas emergenciais ou agendadas em vastas áreas geográficas.

7.5. A dotação do DSEI-MRP com esses meios de transporte é considerada essencial para superar as severas dificuldades de acesso e logística que historicamente afetam o usufruir dos serviços públicos pelas populações indígenas, promovendo uma melhor acessibilidade no transporte e, conseqüentemente, uma vida digna.

7.6. Assim, a quantidade estimada de aquisição encontra-se na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade
	<p>Lancha Fluvial de serviço configurada como LANCHA TIPO C: Lancha Iguaraçu Cabinada Medindo no mínimo 11,00 metros de comprimento, com no mínimo 2,70 metros de largura, borda 0.65, equipada com 02 (dois) motor 200 HP, 4 Tempos a gasolina, instalado com direção hidráulica. Embarcação destinada ao serviço de transporte das Equipes de Saúde nas áreas de abrangência do DSEI Médio Rio Purus. Devidamente registrada na capitania dos portos; A embarcação deve possuir: Termo de responsabilidade de alteração, construção e navegabilidade emitidas por engenheiro ou tecnólogo naval devidamente registrado no CREA (ART); - Declaração do engenheiro ou tecnólogo naval responsável pelo projeto, baseado nos padrões da construção naval e especificações técnicas abaixo descritas:</p> <p>CASCO: Material: liga de alumínio na especificação ASTM 5052H34 ou em aço estrutural na especificação ABNT NBR 5920 _ Espessura mínima: 3 milímetros para chapeamento do forro do casco convés, espelhos e trincanizes e 3 milímetros para as peças de reforços estruturais longitudinais e transversais; _ Comprimento mínimo: 11,00 metros; _ Boca moldada mínima: 2,70 metros;_ Embarcação deverá ter toda a sua estrutura soldada com solda MIG;_ Popa lavada, piso com chapas xadrez antiderrapante com 2,0 mm de espessura;</p> <p>MOTOR: PROPULSÃO E GOVERNO: 2 (dois) Motores de popa, novo, instalado, combustível gasolina, com potência mínima de 200 HP 4 Tempos, partida elétrica e hélice;_ 1 Direção hidráulica; _ Tanque de combustível com capacidade para 600 litros, em alumínio soldado ou chapa de melhor qualidade e durabilidade, tampa com chave e suspiro._ 2 hélices reservas.</p> <p>COMANDO E NAVEGAÇÃO: Painel no posto de comando com volante, relógios, interruptores, indicador de combustível;_ 1 Bússola com agulha magnética 4";_ 1 Radio transceptor VHF-Marítimo de 25W de potência, com antena, instalado;_ 1 GPS instalado;_ 1 Buzina;_ 1 Rastreador satelital; _ 1 luz de navegação BB/BE;_ 1 Luz de</p>	

01	<p>mastro;_ 1 luz de alcançado em mastro na popa ou a ré na cabine de comando;_ 1 Holofote controle remoto ELÉTRICA_ Pannel elétrico de 3 posições, luzes e navegação;_ Pannel de fusíveis com pelo menos 6 chaves; _ 1 Bomba de porão com automático;_ 2 Bateria 100 Ah chumbo ácido;_ A iluminação do compartimento de atendimento da embarcação deve ser de dois tipos:_ Natural _ mediante iluminação fornecida pelas janelas da casaria, em acrílico antirrefletivo ou vidros temperados._ Artificial _ deverá ser feita por no mínimo seis luminárias. Instalado no teto, com diâmetro mínimo de 200 milímetros, em base estampada em alumínio cor branca em modelo LED.</p> <p>CASARIA: Com revestida isolante térmico; _ Com espessura de no mínimo 3 milímetros; - Janelas laterais de correr em acrílico antirrefletivo ou vidro temperado automotivo, com 4 milímetros de espessura;</p> <p>MOBILIÁRIO: 16 poltronas fixas; 1 banco do piloto; 8 camas de solteiro tipo beliche; banheiro equipado com vaso sanitário, pia, espelho e torneiras; cozinha equipada com pias, torneiras, armário e chuveiro.</p> <p>ACESSÓRIOS: 01 guarda mancebo de proa soldado;_ 01 mastro com bandeira nacional;_ forro em PVC;_ 8 defensas cilíndricas; 01 Ar Condicionado de 24mil btus para climatização do Ambiente; 01 gerador.</p> <p>EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM: DEVERÁ SER CUMPRIDO AS NORMAS PREVISTAS PELA DPC/NORMAN 2:_ 01 bóias circulares c/ cabo de retinida CL III; _ 01 (dois) cabides para suporte das bóias;_ 16 coletes salva vidas com fecho eclair;_ 10 m de cabo para atracação;</p> <p>EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO: 01 extintores de 2,2 kg de CO²;_ 01 cabides para extintores na cor vermelha;</p> <p>PINTURA: Pintura padrão SESAI, com as cores da instituição, com tinta de nitro celulose; _ primer: 02 (duas) demãos acima da linha d'água e três demãos abaixo da linha d'água.</p> <p>GARANTIA: O estaleiro deverá manter a embarcação em garantia pelo tempo de um ano, compreendendo sua segurança construtiva, estabilidade, fluatibilidade, navegação, "obras vivas" e "obras mortas" bem como por todos os prejuízos que ocorram neste período em consequência do uso do material de construção inadequado, cálculos errôneos e obras executadas precariamente.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: As emissões de gases e poluentes do equipamento deverão estar enquadradas nos padrões mínimos exigidos pela atual legislação de proteção ambiental. O item deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores.</p>	01
----	--	----

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 496.666,67

8.1. A pesquisa de preços realizada para a aquisição de 1 Lancha destinados ao atendimento do Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus foi conduzida em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela IN SEGES/ME nº 65/2021, utilizando diferentes fontes de consulta e adotando critérios técnicos para análise e validação dos valores obtidos.

8.2. Inicialmente, foram realizadas consultas aos sistemas oficiais do Governo Federal, como o ComprasGov, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Gestão de Atas e contratos similares. Entretanto, conforme registrado no relatório, as pesquisas nessas bases foram desconsideradas, pois os objetos encontrados apresentavam diferenças significativas em relação às especificações técnicas, quantidades, características construtivas e condições de fornecimento, o que comprometeria a comparabilidade dos preços e poderia gerar distorções na estimativa do valor da contratação.

8.3. Também foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos especializados e mídias especializadas. Contudo, os produtos encontrados não atendiam integralmente às especificações técnicas, apresentando diferenças de dimensões, espessura e itens acessórios, além de valores considerados excessivamente elevados ou muito abaixo do mercado, razão pela qual esses dados não foram utilizados na composição da cesta de preços.

8.4. Diante da ausência de referências válidas nas bases públicas e mídias especializadas, a Administração optou pela realização de pesquisa direta com fornecedores do ramo, especialmente fornecedores regionais com experiência no fornecimento de embarcações para órgãos públicos e Distritos Sanitários Indígenas. Foram encaminhadas solicitações de cotação para diversas empresas, tendo sido obtidas propostas válidas de três fornecedores, atendendo ao mínimo exigido pela IN nº 65/2021.

8.5. Para a análise dos preços coletados, foi adotado tratamento estatístico dos dados, com cálculo de média, mediana, desvio padrão, limite inferior e aplicação do método da média saneada. Esse procedimento teve como objetivo reduzir distorções e obter um preço de referência mais compatível com a realidade de mercado e com as especificidades logísticas da região atendida pelo DSEI Médio Rio Purus.

8.6. Dessa forma, conclui-se que a estimativa do valor da contratação foi baseada principalmente em pesquisa direta com fornecedores, devidamente justificada pela inexistência de contratações públicas com objetos idênticos ou suficientemente semelhantes, bem como pela necessidade de considerar as particularidades técnicas da Lancha, a logística de entrega na região amazônica, os custos de transporte, garantia e demais encargos envolvidos.

8.7. Assim, a metodologia adotada buscou garantir que o preço estimado refletisse de forma mais fiel a realidade de mercado, evitando tanto o risco de sobrepreço quanto o risco de inexequibilidade contratual, observando os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência na Administração Pública.

8.8. Os valores referenciais de cada ITEM a ser licitado, foram obtidos através de cotações com base nas Pesquisas Direta com fornecedores locais, acostadas no Relatório de Crítico de Preços (SEI nº 0052744220), em anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

8.9. A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 496.666,67 (quatrocentos e noventa e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**.

Valor Estimado da Contratação						
Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Quantidade (Q)	Valor Unitário (VU)	Valor Total (VT)
		<p>Lancha Fluvial de serviço configurada como LANCHA TIPO C: Lancha Iguaraçu Cabinada Medindo no mínimo 11,00 metros de comprimento, com no mínimo 2,70 metros de largura, borda 0.65, equipada com 02 (dois) motor 200 HP, 4 Tempos a gasolina, instalado com direção hidráulica. Embarcação destinada ao serviço de transporte das Equipes de Saúde nas áreas de abrangência do DSEI Médio Rio Purus. Devidamente registrada na capitania dos portos; A embarcação deve possuir: Termo de responsabilidade de alteração, construção e navegabilidade emitidas por engenheiro ou tecnólogo naval devidamente registrado no CREA (ART); - Declaração do engenheiro ou tecnólogo naval responsável pelo projeto, baseado nos padrões da construção naval e especificações técnicas abaixo descritas:</p> <p>CASCO: Material: liga de alumínio na especificação ASTM 5052H34 ou em aço estrutural na especificação ABNT NBR 5920 _ Espessura mínima: 3 milímetros para chapeamento do forro do casco convés, espelhos e trincanizes e 3 milímetros para as peças de reforços estruturais longitudinais e transversais; _ Comprimento mínimo: 11,00 metros; _ Boca moldada mínima: 2,70 metros;_ Embarcação deverá ter toda a sua estrutura soldada com solda MIG;_ Popa lavada, piso com chapas xadrez antiderrapante com 2,0 mm de espessura;</p> <p>MOTOR: PROPULSÃO E GOVERNO: 2 (dois) Motores de popa, novo, instalado, combustível gasolina, com potência mínima de 200 HP 4 Tempos, partida elétrica e hélice;_ 1 Direção hidráulica; _ Tanque de combustível com capacidade para 600 litros, em alumínio soldado ou chapa de melhor qualidade e durabilidade, tampa com chave e suspiro._ 2 hélices reservas.</p> <p>COMANDO E NAVEGAÇÃO: Painel no posto de comando com volante, relógios, interruptores, indicador de combustível; _ 1 Bússola com agulha magnética 4";_ 1 Radio transceptor VHF-Marítimo de 25W de potência, com antena, instalado;_ 1 GPS instalado; _ 1 Buzina;_ 1 Rastreador satelital; _ 1 luz de navegação BB/BE;_ 1 Luz de mastro;_ 1 luz de alcançado em mastro na popa ou a ré na cabine de comando;_ 1 Holofote controle remoto ELÉTRICA_ Painel elétrico de 3 posições, luzes e navegação;_ Painel de fusíveis com pelo menos 6 chaves; _ 1 Bomba de porão com automático;_ 2 Bateria 100</p>				

1	486705	<p>Ah chumbo ácido;_ A iluminação do compartimento de atendimento da embarcação deve ser de dois tipos:_ Natural _ mediante iluminação fornecida pelas janelas da casaria, em acrílico antirrefletivo ou vidros temperados._ Artificial _ deverá ser feita por no mínimo seis luminárias. Instalado no teto, com diâmetro mínimo de 200 milímetros, em base estampada em alumínio cor branca em modelo LED.</p> <p>CASARIA: Com revestida isolante térmico; _ Com espessura de no mínimo 3 milímetros; - Janelas laterais de correr em acrílico antirrefletivo ou vidro temperado automotivo, com 4 milímetros de espessura;</p> <p>MOBILIÁRIO: 16 poltronas fixas; 1 banco do piloto; 8 camas de solteiro tipo beliche; banheiro equipado com vaso sanitário, pia, espelho e torneiras; cozinha equipada com pias, torneiras, armário e chuveiro.</p> <p>ACESSÓRIOS: 01 guarda mancebo de proa soldado;_ 01 mastro com bandeira nacional;_ forro em PVC;_ 8 defensas cilíndricas; 01 Ar Condicionado de 24mil btus para climatização do Ambiente; 01 gerador.</p> <p>EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM: DEVERÁ SER CUMPRIDO AS NORMAS PREVISTAS PELA DPC/NORMAN 2:_ 01 bóias circulares c/ cabo de retinida CL III; _ 01 (dois) cabides para suporte das bóias;_ 16 coletes salva vidas com fecho eclair;_ 10 m de cabo para atracação;</p> <p>EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO: 01 extintores de 2,2 kg de CO²;_ 01 cabides para extintores na cor vermelha;</p> <p>PINTURA: Pintura padrão SESAI, com as cores da instituição, com tinta de nitro celulose; _ primer: 02 (duas) demãos acima da linha d'água e três demãos abaixo da linha d'água.</p> <p>GARANTIA: O estaleiro deverá manter a embarcação em garantia pelo tempo de um ano, compreendendo sua segurança construtiva, estabilidade, fluviabilidade, navegação, "obras vivas" e "obras mortas" bem como por todos os prejuízos que ocorram neste período em consequência do uso do material de construção inadequado, cálculos errôneos e obras executadas precariamente.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: As emissões de gases e poluentes do equipamento deverão estar enquadradas nos padrões mínimos exigidos pela atual legislação de proteção ambiental. O item deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores.</p>	UNIDADE	1	R\$ 496.666,67	R\$ 496.666,67
Valor Total Estimado (VTE)						R\$ 496.666,67

8.10. Os valores referenciais de cada item a ser licitado, foram obtidos através da realização de pesquisas de preços e através de pesquisa direta com fornecedores locais, conforme consta no Relatório Crítico de Preço (0054421384).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O pretendido certame se realizará através do modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por ITEM, visando possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração Pública.

9.1.1. No entanto os bens serão adquiridos em parcela única, visto que a Instrução Normativa MPDG Nº 5 /2017, permite o não parcelamento do objeto que pode ocorrer desde que seja considerado o mercado fornecedor, e que esteja assegurada:

- a) ser técnica e economicamente viável;
- b) que não haverá perda de escala; e
- c) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9.1.2. A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977 /2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205 /2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015 - TCU-Plenário, 588 /2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081 /2016-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que somente será admitida as seguintes hipóteses:

a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Em estudo foi identificado que a aquisição pretendida possuem correlação com o Contrato nº 42/2020 (SEI nº 0031534569), que tem por objeto o fornecimento de combustíveis, assim também foi analisado o impacto de combustível sobre nova contratação. Considerando que atualmente, têm-se vigente o Contrato nº 42/2020 (SEI nº 0031534569) e seus aditivos, na qual tem por objeto o fornecimento de combustíveis para os serviços na Secretaria de Saúde Indígena e/ou nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sendo que para o DSEI Médio Rio Purus é disponibilizado a cota mensal de combustível no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais), conforme informado pelo Departamento de Gestão da Saúde Indígena - DGEI/SESAI através do Despacho (SEI nº 0045386258).

10.2. Após a aquisição ser firmada, deverá ser solicitado um aumento da cota de combustível no Contrato nº 42/2020, para que se dar prosseguimento nas ações de assistência à saúde indígena do DSEI MRP, em virtude da necessidade e importância da aquisição para os serviços de assistência.

10.2.1. Neste sentido cabe ressaltar, que a cota atual supre a necessidade, levando em consideração a sazonalidade logística do DSEI que depende da situação dos períodos das estações para ser executado e faturado a real usabilidade, que pode de ter aumento ou declínio, assim o impacto de combustível será de baixa proporção, a qual deverá ser suprido pelos reajustes dos termos aditivos do contrato supracitado.

10.3. Em relação as manutenções, ressalta-se que será exigida garantia estendida pelo período de 06 (seis) meses além da garantia do fabricante, conforme previsto neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência. Após o fim do período de garantia do objeto, as manutenções necessárias serão realizadas pelo DSEI MRP através de 02 (dois) processos:

10.3.1. Processo NUP nº 25038.000112/2022-88, referente a prestação dos serviços de manutenção corretiva em motores de popa, rabeta e centro ao qual encontra-se vigente através do Segundo Termo Aditivo (SEI nº 0044483006);

10.3.2. Processo NUP nº 25038.000454/2024-60, referente ao processo de prestação de serviços de manutenção corretiva em botes de alumínio e motores de popa/rabeta, que encontra-se em fase de solicitação do Primeiro Termo Aditivo.

10.4. Impacto Orçamentário e financeiro:

10.4.1. Mediante a análise do impacto orçamentário e financeiro no contrato de condutores fluviais, constata-se que não haverá alteração nos custos atualmente pactuados, tendo em vista disponibilidade do envio de Emenda Parlamentar nº 16190006 (SEI nº 0054369909), destinada ao Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus - DSEI MRP.

10.4.2. Quanto aos serviços de manutenção, foi firmado contrato entre este órgão e a empresa Comercial Almeida LTDA, sob o **Contrato nº 13/2025 (SEI nº 0047742059)**, o mesmo encontra-se em fase de instrução referente ao **Primeiro Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, observando às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, a fim de garantir a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos deste DSEI/MRP.

10.4.3. No que se refere à cota de combustível mensal, foi acostada aos autos as Planilhas relativo à cota de gastos mensais de combustível - 2025/2026 (SEI nº 0054421449; 0054421451), em 16 de março de 2026 consta um aumento mensal na cota de combustível de aproximadamente 7,47% necessária para o atendimento das ações de saúde nas comunidades indígenas sob sua abrangência. Nesse sentido, observa-se que a aquisição dos referidos equipamentos não acarretará impacto orçamentário significativo para este distrito, considerando que os custos previsto encontram-se devidamente controlados no planejamento financeiro.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A referida aquisição foi inserida no Plano Anual de Contratações, do DSEI Médio Rio Purus, para o exercício de 2026, conforme Documento de Formalização de Demanda 85/2026 - ATUALIZADA (SEI nº 0054421406) acompanhado da Nota Técnica nº 147/2026 (0054421413) solicitando alteração de valores e aprovação no Plano Anual de Contratações - PCA 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição de 1 Lancha Tipo C (Expresso) é crucial para o DSEI Médio Rio Purus, pois representa um salto qualitativo e operacional na prestação de serviços de saúde às populações indígenas. Essa contratação trará benefícios diretos e essenciais, com impacto significativo na eficácia e qualidade da assistência.

12.2. Os principais benefícios incluem:

12.2.1. Otimização da Logística e Agilidade no Atendimento: A Lancha permitirá o transporte rápido e eficiente das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e dos insumos essenciais. Isso é vital para que os profissionais acessem as comunidades, realizem atendimentos médicos e odontológicos *in loco*, e forneçam serviços de saúde preventiva nas áreas mais remotas, superando as barreiras de longas distâncias e a complexa rede fluvial.

12.2.2. Resposta Rápida em Urgências e Emergências: A principal vantagem da Lancha é sua capacidade de realizar o deslocamento ágil e seguro de pacientes em situações de urgência e emergência para as Unidades de Saúde de referência ou Polos Base. Equipada com suporte básico de vida, a embarcação garante a estabilização e o conforto do paciente durante o percurso, o que é fundamental para preservar vidas em uma região com tempos de deslocamento potencialmente longos.

12.2.3. Melhoria da Qualidade da Assistência e Redução da Morbimortalidade: A disponibilidade de um meio de transporte fluvial especializado e com suporte médico a bordo contribui diretamente para a redução de morbimortalidade nas comunidades indígenas. Ao facilitar o acesso rápido a tratamentos e exames especializados, esse equipamento assegura uma assistência mais oportuna e humanizada, alinhando-se aos princípios da equidade e acessibilidade na saúde indígena.

12.2.4. Aumento da Segurança Operacional e Conformidade: A aquisição de embarcações projetadas para transporte e que atendem às normas de segurança da Marinha do Brasil (Capitania dos Portos) eleva o padrão de segurança para pacientes e profissionais. Isso minimiza riscos associados a transportes inadequados e garante que a operação ocorra em plena conformidade com a legislação náutica, conferindo maior confiabilidade aos serviços.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O presente objeto foi definido precisamente, de modo que as características contemplem as necessidades da Administração, ou seja, correspondam às especificações.

13.2. No que tange a fiscalização dos bens a serem adquiridos, ficará sob a responsabilidade do (s) servidor (s) requisitante(s), que compreende a área técnica envolvida na formalização da demanda. A gestão contratual ocorrerá de acordo com o previsto no edital e seus anexos e legislações pertinentes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) deste órgão, em conformidade com o art. 7º da Instrução Normativa nº 58/2022, observando os princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável no âmbito da Administração Pública.

14.2. A aquisição da Lancha tipo C (Expresso) foi planejada considerando critérios de sustentabilidade, notadamente a durabilidade do material, sua elevada resistência à corrosão e a menor necessidade de manutenção ao longo do ciclo de vida do bem, fatores que contribuem para a redução do consumo de insumos, geração de resíduos e custos operacionais. Ademais, o alumínio apresenta potencial de reciclabilidade, o que reforça a mitigação de impactos ambientais associados à contratação.

14.3. Destaca-se, ainda, que a solução proposta contribui para a otimização da logística de transporte nas áreas atendidas, especialmente em regiões de difícil acesso, promovendo maior eficiência no deslocamento e atendimento das demandas institucionais, com menor dispêndio de recursos ao longo do tempo.

14.4. Dessa forma, verifica-se que a contratação está em consonância com as diretrizes estabelecidas no PLS e com os instrumentos de planejamento institucional, assegurando a compatibilidade entre a necessidade administrativa e as práticas de gestão sustentável adotadas pelo Distrito.

14.5. Diante do exposto, as informações encontram-se alinhadas ao item 4.2. deste Estudo Técnico Preliminar, conforme as práticas de sustentabilidades nos termos do art. 5º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010. Quando no término da vida útil dos materiais e equipamentos, a Administração Pública deverá realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos, conforme preceitua a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e demais legislações aplicáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base na análise aprofundada realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para a aquisição de 1 Lancha Tipo Expresso é plenamente viável, necessária e a solução mais adequada para as demandas do DSEI Médio Rio Purus.

15.2. A viabilidade técnica e operacional desta aquisição é inegável. Conforme detalhado na Descrição da Necessidade (Seção 2), a dispersão geográfica das comunidades indígenas e a dependência exclusiva do modal fluvial exigem um transporte especializado. As ambulanchas, como solução integrada (Seção 6), oferecem a capacidade de navegação em rios e igarapés da região, infraestrutura de suporte a pacientes e agilidade no deslocamento, algo que o transporte comum não provê.

15.3. O Levantamento de Mercado (Seção 5) confirmou a existência de fabricantes e fornecedores capazes de entregar embarcações que atendem aos requisitos técnicos e de qualidade necessários. A pesquisa demonstrou que o mercado é competitivo, o que favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo o uso racional dos recursos públicos.

15.4. Além disso, os Benefícios a Serem Alcançados (Seção 12) com esta contratação são substanciais e de alto impacto social. Esse equipamento assegurará a continuidade e aprimoramento da assistência à saúde indígena, o transporte seguro para as Equipes de Saúde, a redução da morbimortalidade, e a otimização da logística, contribuindo diretamente para a dignidade e o bem-estar dos povos assistidos.

15.5. As Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (Seção 8) foram devidamente analisadas, demonstrando que o impacto no consumo de combustível e a manutenção das embarcações serão gerenciados por meio de contratos já existentes e procedimentos estabelecidos, reforçando a capacidade de gestão do DSEI MRP em sustentar a operação.

15.6. Dessa forma, os Estudos Preliminares evidenciaram que a aquisição de 1 Lancha Tipo Expresso não só é tecnicamente viável e financeiramente justificável, mas também indispensável para o cumprimento da missão institucional de proteção à saúde indígena, zelando pela qualidade de vida e pelo bem-estar da sociedade. Diante do exposto, declara-se viável a aquisição da solução pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO RICARDO DA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 17:18:46.

JOAO BATISTA SILVA DE SA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 17:24:27.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Contrato 32/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

JOAO BATISTA SILVA DE SA

Atualizado em

06/05/2026 16:45 (v 0.5)

32/2026

257028-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25038.000286/2026-74

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 25038.000286/2026-74)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/2026**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA MÉDIO RIO PURUS E

A União, por intermédio do(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus, com sede no(a) Rua Dr. João Fábio, nº 1.964, Bairro: Centro, CEP: 69.830-000, na cidade de Lábrea/AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544 /0037-96, neste ato representado(a) pelo(a) Coordenador Distrital de Saúde Indígena, Sr. Ramir Rachid Said, nomeado(a) pela Portaria nº 1.214, de 18 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 3442579, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25038.000286/2026-74 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de 1 Lancha tipo Expresso para atender o DSEI Médio Rio Purus, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		486708	UNIDADE	01		

Lancha Fluvial de serviço configurada como **LANCHA TIPO C**: Lancha Iguaraçu Cabinada Medindo no mínimo 11,00 metros de comprimento, com no mínimo 2,70 metros de largura, borda 0.65, equipada com 02 (dois) motor 200 HP, 4 Tempos a gasolina, instalado com direção hidráulica. Embarcação destinada ao serviço de transporte das Equipes de Saúde de abrangência do DSEI Médio Rio Purus. Devidamente registrada na capitania dos portos; A embarcação deve possuir: Termo de responsabilidade de alteração, construção e navegabilidade emitidas por engenheiro ou tecnólogo naval devidamente registrado no CREA (ART); - Declaração do engenheiro ou tecnólogo naval responsável pelo projeto, baseado nos padrões da construção naval e especificações técnicas abaixo descritas:

CASCO: Material: liga de alumínio na especificação ASTM 5052H34 ou em aço estrutural na especificação ABNT NBR 5920 _ Espessura mínima: 3 milímetros para chapeamento do forro do casco convés, espelhos e trincanizes e 3 milímetros para as peças de reforços estruturais longitudinais e transversais; _ Comprimento mínimo: 11,00 metros; _ Boca moldada mínima: 2,70 metros; _ Embarcação deverá ter toda a sua estrutura soldada com solda MIG; _ Popa lavada, piso com chapas xadrez antiderrapante com 2,0 mm de espessura;

MOTOR: PROPULSÃO E GOVERNO: 2 (dois) Motores de popa, novo, instalado, combustível gasolina, com potência mínima de 200 HP 4 Tempos, partida elétrica e hélice; _ 1 Direção hidráulica; _ Tanque de combustível com capacidade para 600 litros, em alumínio soldado ou chapa de melhor

qualidade e durabilidade, tampa com chave e suspiro._ 2 hélices reservas.

COMANDO E

NAVEGAÇÃO: Painel no posto de comando com volante, relógios, interruptores, indicador de combustível;_ 1 Bússola com agulha magnética 4”:_ 1 Radio transceptor VHF-Marítimo de 25W de potência, com antena, instalado;_ 1 GPS instalado;_ 1 Buzina;_ 1 Rastreador satelital; _ 1 luz de navegação BB/BE;_ 1 Luz de mastro;_ 1 luz de alcançado em mastro na popa ou a ré na cabine de comando;_ 1 Holofote controle remoto

ELETRICA_ Painel elétrico de 3 posições, luzes e navegação;_ Painel de fusíveis com pelo menos 6 chaves;_ 1 Bomba de porão com automático;_ 2 Bateria 100 Ah chumbo ácido;_ A iluminação do compartimento de atendimento da embarcação deve ser de dois tipos:_ Natural _ mediante iluminação fornecida pelas janelas da casaria, em acrílico antirrefletivo ou vidros temperados._ Artificial _ deverá ser feita por no mínimo seis luminárias. Instalado no teto, com diâmetro mínimo de 200 milímetros, em base estampada em alumínio cor branca em modelo LED.

CASARIA: Com revestida isolante térmico; _ Com espessura de no mínimo 3 milímetros; - Janelas laterais de correr em acrílico antirrefletivo ou vidro temperado automotivo, com 4 milímetros de espessura;

MOBILIÁRIO: 16 poltronas fixas; 1 banco do piloto; 8 camas de solteiro tipo beliche; banheiro equipado com vaso sanitário, pia, espelho e torneiras; cozinha equipada com pias, torneiras, armário e chuveiro.

ACESSÓRIOS: 01 guarda mancebo de proa soldado;_ 01 mastro com bandeira

<p>nacional;_ forro em PVC;_ 8 defensas cilíndricas; 01 Ar Condicionado de 24mil btus para climatização do Ambiente; 01 gerador.</p> <p>EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM: DEVERÁ SER CUMPRIDO AS NORMAS PREVISTAS PELA DPC/NORMAN 2:_ 01 bóias circulares c/ cabo de retinida CL III; _ 01 (dois) cabides para suporte das bóias;_ 16 coletes salva vidas com fecho ecler;_ 10 m de cabo para atracação;</p> <p>EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO: 01 extintores de 2,2 kg de CO²;_ 01 cabides para extintores na cor vermelha;</p> <p>PINTURA: Pintura padrão SESAI, com as cores da instituição, com tinta de nitro celulose; _ primer: 02 (duas) demãos acima da linha d' água e três demãos abaixo da linha d'água.</p> <p>GARANTIA: O estaleiro deverá manter a embarcação em garantia pelo tempo de um ano, compreendendo sua segurança construtiva, estabilidade, flutuabilidade, navegação, "obras vivas" e " obras mortas" bem como por todos os prejuízos que ocorram neste período em consequência do uso do material de construção inadequado, cálculos errôneos e obras executadas precariamente.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: As emissões de gases e poluentes do equipamento deverão estar enquadradas nos padrões mínimos exigidos pela atual legislação de proteção ambiental. O item deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores.</p>					
---	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 ANO** contados da **assinatura do Contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 00001/257028;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: XXXXXXXX;

IV) Elemento de despesa: XXXXXXXX; e

V) Nota de empenho: 2026NEXXXXXXX;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Manaus**, Seção Judiciária de **Manaus** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Lábrea, [dia] de [mês] de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO RICARDO DA COSTA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 16:45:05.

JOAO BATISTA SILVA DE SA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 16:38:07.